ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCSE Nº 2021/000097
PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR
RELATOR: HERALDO DE JESUS

EMENTA:FISCALIZAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SEM AUTORIZAÇÃO. EXERCÍCIO DA PROFISSÃO SEM REGISTRO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. CENSURA PÚBLICA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. 1. PROFISSIONAL DENUNCIADA POR UTILIZAR, SEM AUTORIZAÇÃO FORMAL, O CERTIFICADO DIGITAL (TOKEN) DE OUTRO CONTADOR, COM A FINALIDADE DE PRATICAR ATOS PRIVATIVOS DA PROFISSÃO CONTÁBIL, INCLUSIVE PARA ATENDIMENTO A CLIENTES PRÓPRIOS, SEM POSSUIR REGISTRO NO CRC À ÉPOCA DOS FATOS. 2. INFRAÇÃO COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS E CONFISSÃO EM DEPOIMENTO PRESTADO À JUSTIÇA DO TRABALHO, ONDE A AUTUADA ADMITE TER UTILIZADO O TOKEN DO CONTADOR DENUNCIANTE EM ATENDIMENTOS PARTICULARES, MESMO ANTES DE OBTER SEU REGISTRO PROFISSIONAL JUNTO AO CRCSE. 3. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 6 (SEIS) MESES E CENSURA PÚBLICA, COM BASE NA ALÍNEA "D" DO ARTIGO 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, COMBINADA COM OS ITENS 4, ALÍNEA "A", E 5, ALÍNEAS "B", "G", "I" E "K" DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR (NBC PG 01), ALÉM DOS ARTS. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020. 4. RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO, ALEGANDO INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DO DEPOIMENTO E AUSÊNCIA DE DOLO. ARGUMENTAÇÃO REJEITADA DIANTE DA ROBUSTEZ DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONSTANTES NOS AUTOS.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE **SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PELO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES E CENSURA PÚBLICA**, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS "D" E "G" DO ART. 27 DO DL 9.295/46. UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 393ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 452ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/02/2025.